CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

Data: 15/10/2009

Horário: 09:00h

Local: Sala de reuniões do prédio da Companhia Docas de Santana.

I. Expediente

1 - Assinatura da Lista de Presença dos Membros do CAP.

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante desta Ata, compareceram: Wilson do Egito Coelho Filho, José Adeilton Barbosa Leite, Mauro Carlos Ferreira de Magalhães, Jarbas Gomes Pereira, Jair Almeida Monteiro, Aldenir Pereira Gomes, Ivanci Magno de Oliveira, Jairo Williams Tavares de Almeida, Paulo Augusto Camello e como convidados, Isaac Ken Bando e Carlos Osvaldo Penha, representantes da AMCEL.

– Justificativas de Ausência:

Os conselheiros Edyr Campos Pacheco e Jonilson do Vale Almeida justificaram suas ausências enviando um e-mail.

1.2 – Discussão e votação da Ata da 128ª Reunião Ordinária:

O presidente do CAP iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, em seguida, colocou a matéria para discussão e votação. Não havendo manifestação em contrário, à mesma foi aprovada por unanimidade.

2- Comunicações:

2-1 – Da Presidência:

O presidente do CAP comunicou que haverá nos dias 24 e 25 de novembro de 2009, um Congresso Nacional de Conselheiros do CAP em São Paulo, e que seria importante a presenças de todos os membros do Conselho de Autoridade Portuária.

2.2-Comunicação dos demais Conselheiros:

O conselheiro José Adeilton informou que não foi mais convidado para as reuniões comandadas pela AGU para definição do destino do antigo porto da ICOMI. Pelas informações recebidas acredita-se houve falha na emissão dos convites. Acrescentou que haverá uma reunião decisiva e possivelmente conclusiva no próximo dia 20/10/2009 da qual participará. Entretanto, enfatizou, em conversas mantidas com o Ministro da AGU Evandro Costa Gomes, encarregado da condução dos trabalhos, está praticamente acertado a permanência do porto sob o controle da AFB. Informou não saber o embasamento legal tampouco os argumentos utilizados. Tudo deverá ser esclarecido na próxima reunião. Acrescentou que há uma tendência da AFB ser obrigada a embarcar as cargas de terceiros, principalmente minérios, para desafogar o tráfego na área urbana de Santana

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

II – ORDEM DO DIA

1 – Revisão Orçamentária de 2009.

O Diretor-Presidente da CDSA expôs a Proposta de Revisão de Orçamento 2009 informando que, apesar de todo o clima de pessimismo reinante durante a sua apresentação e aprovação no final de 2008, o orçamento de 2009 então aprovado não só será atingido como suplantado. Enfatizou que, com o advento da AFB e com expectativa de movimentar mais de 2 milhões de toneladas de minérios de ferro, provavelmente haverá um faturamento mais do que o previsto em 2008. Diante da nova realidade, como de praxe, no último trimestre, apresenta a nova planilha orçamentária abaixo com uma previsão de receita e despesas 4,5% maior do que a prevista em 2008.

REVISÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2009		
I RECEITAS		
RECEITA TOTAL PREVISTA		5.750.000
01.01	RECEITA OPERACIONAL	5.139.000
01.01.01	Tarifas de Infra-estrutura Aquaviária – Tab. I	2.780.030
01.01.02	Tarifas de Acostagem – Tab. II	86.000
01.01.03	Tarifas de Infra-estrutura Terrestre – Tab. III	1.182.030
01.01.04	Tabela de Armazenagem – Tab. IV	829.140
01.01.05	Tarifa de Supr. de Utilid. e Equip. – Tab. V	261.800
01.02	RECEITA PATRIMONIAL	521.000
01.02.01	Locação de Equipamentos	205.000
01.02.02	Arrendamento de Instalações Portuárias	316.000
01.03	TRANSFERÊNCIAS E DOTAÇÕES	0
01.03.01	União	0
01.03.02	Estado	0
01.03.03	Município	0
01.03.04	Outros	0
01.04	OUTRAS RECEITAS	90.000
01.04.01	Legados e Indenizações	0
01.04.02	Ressarcimento do FUNDAF	18.000
01.04.03	Aplicações Financeiras	70.000
01.04.04	Outras Receitas	2.000
TOTAL		5.750.000
Importa as RECEITAS previstas para o exercício de 2009 da Companhia Docas de Santana no valor de R\$ 5.750.000,00.		

REVISÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2009	
II DESPESAS	
DESPESA TOTAL PREVISTA	
5.658.725	

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

02.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.090.000
02.01.01	Vencimentos e Vantagens Fixas	880.000
02.01.02	Obrigações Patronais	400.000
02.01.03	Outras Despesas Variáveis	220.000
02.01.04	Mão-de-obra Terceirizada	590.000
02.02	TRIBUTÁRIA	1.205.975
02.02.01	Impostos, Contribuições e Taxas Federais	893.475
02.02.01.01	IRPJ	436.000
02.02.01.02	PÍS	37.375
02.02.01.03	COFINS	172.500
02.02.01.04	CSL	165.600
02.02.01.05	Taxas de Fiscalização e de Serviços Federal	2.000
02.02.01.06	IBAMA	5.000
02.02.01.07	FUNDAF	75.000
02.02.02	Impostos, Contribuições e Taxas Estaduais	14.500
02.02.02.01	IPVA	4.000
02.02.02.02	Taxas de Fiscalização e de Serviços Estadual	10.500
02.02.03	Impostos, Contribuições e Taxas Municipais	298.000
02.02.03.01	ISSQN	287.500
02.02.03.02	IPTU	7.000
02.02.03.03	Taxas de Fiscalização e de Serviços Municipal	3.500
02.03	MATERIAL DE CONSUMO	390.000
02.03.01	Material de Expediente	60.000
02.03.02	Material de Limpeza, Higiene e Gêneros Alimentícios	70.000
02.03.03	Combustíveis e Lubrificantes	90.000
02.03.04	Material Elétrico e de Manutenção	100.000
02.03.05	Material de Proteção e Uniformes	25.000
02.03.06	Outros Materiais	45.000
02.04	SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.120.000
02.04.01	Energia, Comunicação e Água	150.000
02.04.02	Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos	120.000
02.04.03	Seguros	15.000
02.04.04	Engenharia Consultiva	120.000
02.04.05	Manutenção de Infra-Estrutura	400.000
02.04.06	Meio Ambiente	20.000
02.04.07	Passagem e Locomoção	50.000
02.04.08	Diárias	30.000
02.04.09	Publicidade e Propaganda	50.000
02.04.10	Assinatura de Jornais e Periódicos	5.000
02.04.11	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	30.000
02.04.12	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	90.000

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

02.04.13	Dragagem	40.000
02.05	DESPESAS SOCIAIS	172.500
02.05.01	Apoio as Demandas Comunitárias	172.500
02.06	OUTRAS DESPESAS	350.000
02.06.01	Custas Judiciais e Publicações	50.000
02.06.02	Capacitação e Treinamento	20.000
02.06.03	Manutenção das Vias de acesso	200.000
02.06.04	OGMO	80.000
02.07	INVESTIMENTOS	330.250
02.07.01	Obras e Instalações	150.000
02.07.02	Equipamentos e Material Permanente	150.250
02.07.03	Computadores e Periféricos	30.000
02.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	91.275
TOTAL		5.750.000
<p style="text-align: center;">Importa as DESPESAS previstas para o exercício de 2009 da Companhia Docas de Santana no valor de R\$ 5.750.000,00.</p>		

Os conselheiros diante da nova previsão orçamentária e da reação do mercado aprovaram a referida Revisão Orçamentária para 2009.

2 – Palestra sobre a importância do CAP.

O Presidente do CAP fez uma explanação sobre a importância do CAP destacando a Lei 8.630, chamada Lei dos Portos, que em síntese transferia a operação portuária para entidades privadas, permitindo a implantação de terminais próprios especializados. Pelo seu Artigo 30º, institui, em cada porto organizado ou no âmbito de cada concessão, um Conselho de Autoridade Portuária (CAP). Destacou sobre a estrutura organizacional do CAP que é formado por quatro blocos, com pelo menos dois representantes de grupos diferentes em cada um, e atua como um órgão regulador, juntamente com a Administração do Porto, competindo-lhe zelar pelo cumprimento das normas de defesa da concorrência. Cada bloco representa um segmento (do poder público, dos operadores portuários, dos trabalhadores e dos usuários) com interesses na maioria das vezes antagônicos. O bloco do poder público atua, assim, como o fiel da balança. Destacou também sobre as competências do CAP, que é Baixar o Regulamento de Exploração; Homologar o horário de funcionamento do porto; opinar sobre a proposta de orçamento do porto; promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias; fomentar a ação industrial e comercial do porto; zelar pelo cumprimento das normas de defesa da concorrência; desenvolver mecanismos para atração de cargas; homologar os valores das tarifas portuárias; manifestar-se sobre os programas de obras, aquisições e melhoramentos das infra-estrutura portuária; aprovar o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto; promover estudos objetivando compatibilizar o plano de desenvolvimento do porto com os programas federais, estaduais e municipais de transporte em suas diversas modalidades; assegurar o cumprimento das normas de proteção ao meio-ambiente; estimular a

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

competitividade; indicar um membro da classe empresarial e outro da classe trabalhadora para compor o Conselho de Administração ou órgão equivalente da concessionária do porto, se entidade sob controle estatal; baixar seu regimento interno; pronunciar-se sobre outros assuntos de interesse do porto, e finalizou sua apresentação falando da atuação do CAP. O CAP atua como fórum consultivo, de regulamentação e supervisão quanto às atividades e serviços realizados no porto, mas não tem personalidade jurídica, e sua atuação ocorre diretamente na regulamentação da atividade nos seguintes tópicos: homologação dos valores das tarifas portuárias e do horário de funcionamento do porto; aprovação das normas de qualificação do operador portuário e de exploração do porto; aprovação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do porto. Nesses casos, o CAP fica com a decisão final, deliberando sobre proposta apresentada pela Administração do Porto. Algumas responsabilidades que normalmente eram alocadas à Administração do Porto estão agora sob a sua Égide, como: Fomentar a ação industrial e comercial do porto; desenvolver mecanismos para atração de cargas; estimular a competitividade. Um dos aspectos mais relevantes da descentralização, sem dúvida, é a instituição do CAP para exercer uma co-gestão da atividade. Através dele, a União também atua, uma vez que o seu representante no CAP ocupa o cargo de presidente. Portanto, o Presidente do CAP, além de sempre ser o condutor político do CAP, representa a afirmação das políticas públicas do Governo Federal nos portos brasileiros. O presidente do CAP finalizou sua apresentação e agradeceu a atenção de todos.

3- Discussão sobre o PDZ.

O Diretor Operacional Sr. Clovis de Sousa acrescentou que recebeu carta da AMCEL contendo questionamentos sobre o PDZ da CDSA e que na próxima reunião será discutido os questionamentos levantados pelas empresas e conselheiros sobre o Plano de Desenvolvimento Zoneamento da CDSA. Informou que realizará as modificações pertinentes, remetendo-as por e-mail para os demais conselheiros para análise e; aprovação final, se for o caso, na próxima reunião do CAP

4- Fixação da data da próxima reunião

O presidente do CAP definiu a data da próxima reunião para 09 de dezembro de 2009.

III- Assuntos Gerais

1- O que ocorrer

O Presidente do CAP deu por encerrada a 129ª Reunião do Conselho de Autoridade Portuária. Nada mais a tratar, eu Derlane de Nazaré Santiago Pereira, lavrei a presente ata que após lida será assinada pelo Senhor Presidente, por mim e pelos demais conselheiros.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACAPÁ

Santana-AP, 15 de outubro de 2009.

Wilson do Egito Coelho Filho
Presidente do CAP/AP

Derlane de N. Santiago Pereira
Secretária do CAP/AP